SIM SINDICATO INDEPENDENTE DOS MÉDICOS

Caderno reivindicativo do SIM

Apresentado aos partidos políticos e aos cabeças de lista de todos os círculos eleitorais em vezes sucessivas, ao Ministério da Saúde durante a legislatura que agora terminou, bem como à Comissão Parlamentar da Saúde, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Primeiro-Ministro.

Essencial acabar com o subfinanciamento crónico no Serviço Nacional de Saúde, conforme exigido veementemente pelo SIM e reconhecido por todos (ainda recentemente por entidades como o tribunal de contas e o conselho estratégico da saúde).

- Nova grelha salarial
Proposta sindical entregue ao Governo em 2018, visto que a actual está congelada há 12 anos, tendo-se em vista atrair e fixar trabalhadores médicos no SNS, garantir um pagamento melhorado do trabalho suplementar e regular os suplementos devidos pelo desempenho de cargos directivos.

- Defender os médicos a valorizar a Carreira Médica
Por via do investimento no SNS, bem como pelo combate à discriminação e através do estender da Carreira Médica a todas as formas e locais onde exista uma forma de organização dos cuidados de saúde com benefício e intuito público.

- Contratação de mais médicos para o SNS
Sabido que em 2021 eram menos do que em 2019, agravado pela saída de mais de 400 entre Maio e Outubro de 2021.

- Incentivos reais para as regiões carenciadas
Para todos os médicos, para os que lá se encontram e para os que para aí se queira realmente atrair.

- Contratos de trabalho sem termo, não meros ajustamentos em prestação de serviços
Entendida a contratação laboral estável como o único modo de assegurar o futuro do SNS e a formação médica pós-graduada.

- Defender os médicos garantindo a sua segurança física – prevenir a violência
Medidas concretas de defesa dos médicos e demais profissionais de saúde, que previnam as agressões e punam prevaricadores, combatendo a impunidade dos agressores.

- Cumprimento das leis e dos Acordos Colectivos de Trabalho
Devem ser afastadas as medidas avulsas (despachos emitidos e deliberações, designadamente informais) que, em muitos locais de trabalho, minimizam as competências e a autonomia técnico-profissional dos médicos, cerceiam os direitos conquistados, acentuando um contexto político e social muito difícil e adverso, mercê do qual o Governo visou retirar direitos aos médicos em plena pandemia, como sucedeu, por exemplo, com a suspensão das regras relativas aos limites do tempo de trabalho, ao seu conteúdo funcional ou ao local de trabalho que foi, decerto, uma das razões para a explosão de rescisões desde Maio de 2021.

- Avaliação do Desempenho, SIADAP 3
Os biénios 2017/2018 e 2019/2020, paralisados, sem sequer se mostrarem iniciados os respectivos procedimentos, não se tendo promovido a atribuição aos interessados, o que seria de elementar justiça compensatória, de um módico de 2 pontos.

- Contratação de médicos para as áreas dedicadas respiratórias (ADR), permitindo aos Médicos de Família e aos Médicos Hospitalares o seguimento dos seus doentes crónicos.
Mais de 1200 médicos de família foram desviados para vacinação e Trace-COVID e continuam a ser para ADR, ficando impedidos, por imposição do Governo, de seguir correcta e regularmente os seus doentes crónicos, designadamente prevenindo cancros e sequelas de doenças crónicas.

Avenida 5 de Outubro, 151 – 9º
1050-053 Lisboa
Tel 217 826 730
Fax 217 826 739
secretaria@simedicos.pt
www.simedicos.pt

Evitando as complicações do aumento das listas de espera para consultas e cirurgias, e o inevitável aumento da mortalidade para além dos infectados com o SARS-CoV-2.

- Negociação das Normas Particulares de Organização e Disciplina do Trabalho Médico no SNS
Capítulo da contratação colectiva que se alcançou com vantagem, vigorando já nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nas PPP e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

- Eleição do Director Clínico e do Conselho Clínico pelos trabalhadores médicos
Medida importante que reflecte uma concepção democrática, de resultados positivos reconhecidos.

- Carreira médica no empregador público INEM
Por via da negociação de um ACEP, imprescindível para atrair estabilizar e fixar médicos ao invés de se apostar em prestadores.

- Obrigatoriedade de os Lares, privados e sociais, terem médico próprio
Foi oferecida uma proposta sistematizada de assistência médica em Lares, em reunião efectuada com a Secretária de Estado da Segurança Social, sem retorno.

- Investimento na formação contínua, após a obtenção do grau de especialista e ao longo de toda a carreira
A cargo das entidades empregadoras, que têm essa obrigação legal, mas a desconsideram, bem como o investimento em cursos de gestão na área da saúde e em congressos para apresentação de trabalhos.

-Valorização dos Orientadores de Formação, aumentando deste modo as capacidades formativas do SNS e alargando-as também ao Ministério da Defesa Nacional, ao Ministério da Justiça e demais Ministérios.
Suplemento remuneratório de forma a cobrir a totalidade dos médicos Orientadores de Formação da Carreira Médica.

- Investimento em instalações e equipamento
Nomeadamente computadores, centrais telefónicas e impressoras, e em *software* adequado à prática clínica, com eliminação de tarefas burocráticas, disponibilização automática de resultados, desmaterialização da requisição de exames em doentes com subsistemas e com a possibilidade de haver requisições electrónicas de imagiologia, por se concretizar mínima e aceitavelmente.

Agilização dos Concursos
- Concursos Assistentes
Exigência do cumprimento dos prazos aprovados pelo Parlamento.

- Concursos Assistentes Graduados
Superar e não repetir os atrasos inqualificáveis registados em 2015, 2017 e 2019;
Porque motivador de uma monitorização sindical e de alertas permanentes junto do Governo, ARS, ACSS, OMCNE e Colégios de Especialidade, bem como pelo envio de apelos aos presidentes dos júris relapsos.

- Concursos Assistentes Graduados Sénior
Houve mais de 1200 reformados nos últimos anos. Concursos desde em 2013 cerca de 700.

- Concursos de mobilidade
Essenciais, devendo ocorrer com regularidade e sempre antes dos da primeira época.

- Médicos Internos
Necessidade do pagamento como médicos assistentes quando acaba o período formativo e se obtém o grau de especialista, bem como editar um regulamento remuneratório para Médicos Internos, já que actualmente não existe.

Avenida 5 de Outubro, 151 – 9º
1050-053 Lisboa
Tel 217 826 730
Fax 217 826 739
secretaria@simedicos.pt
www.simedicos.pt

- Contagem de todo o tempo para acréscimo de férias, independentemente de o regime jurídico de trabalho ter sido diferente (incluindo o Internato Médico) ou em entidades diferentes.
- Regime do descanso por trabalho realizado ao domingo e feriados; superar a divergência de alguns Conselhos de Administração na interpretação.

- Medicina Hospitalar em Serviço de Urgência
Deve ser criado um regime de afectação voluntária, a termo e privilegiado, ao trabalho em equipas de SU reconfiguradas, com contrapartidas, bem como deve ser traçado um regime detalhado quanto ao funcionamento de equipas tipo em SU e, ainda, importa promover o reforço dos CRI em número, recursos e condições remuneratórias próprias.

- Medicina do Trabalho
Generalização aos centros de saúde e hospitais públicos e privados de todo o país.

- Medicina Desportiva
Exigir a generalização desta especialidade no país e área na carreira especial médica nessa especialidade.
Importância de generalizar consultas de Medicina Desportiva.

- Medicina Geral e Familiar
Obter a padronização das listas de utentes, a criação de incentivos nas UCSP e USF tipo A, de acordo com indicadores (por exemplo, o exercício de funções de coordenação, a realização de domicílios e o desempenho de cargos como o de Orientador de Formação).

- USF em transições de A para B
Assegurar a transição automática a todas que tenham os critérios e assegurar as UCSP igualdade de tratamento.

- Comissão de contratualização de indicadores USF
De registar a emissão de normas cada vez mais absurdas, havendo que congregar esforços para se fazer ponto de situação das mesmas e abrir caminho para que representem efectivo interesse assistencial.

- Saúde Pública
Absoluta necessidade de reforço do investimento em meios humanos e materiais nesta especialidade, da dignificação das condições de trabalho (instalações e equipamentos), do pagamento do trabalho suplementar (inqualificável o não pagamento das horas suplementares abaixo do limiar das 200 horas, numa ignóbil confusão conceptual, de gravíssimas consequências práticas, entre "disponibilidade permanente" (dever de apresentação a qualquer hora ou dia) e trabalho efectivamente realizado), bem como necessidade da atribuição de um suplemento de autoridade de saúde digno do exercício de um poder de Estado, isto, sem olvidar a imprescindibilidade da efectivação da reforma da Saúde Pública, através da introdução das medidas e da estratégia preconizadas pela comissão criada em Fevereiro de 2020 (despacho nº 2288/2020, de 18 de Fevereiro).

- Medicina Legal
Imperiosa a necessidade de se proceder à organização dos concursos para assistentes, para promoção a assistente graduado e para assistente graduado sénior, devendo cessar a discriminação de médicos com requisitos para serem assistentes graduados e assistentes graduados sénior e que continuam a ter categoria inferior e a receber por essa, diferentemente daquilo que sucede no Ministério da Saúde.

- Ministério da Defesa Nacional
Necessidade da organização dos concursos para assistentes, para promoção a assistente graduado e para assistente graduado sénior, devendo cessar a discriminação de 14 assistentes graduados que continuam a receber como assistentes, diferentemente daquilo que sucede no Ministério da Saúde.

- Ministério da Justiça

Avenida 5 de Outubro, 151 – 9º
1050-053 Lisboa
Tel 217 826 730
Fax 217 826 739
secretaria@simedicos.pt
www.simedicos.pt

Necessário organizar os trabalhos de negociação para criação de um ACEP nos serviços prisionais.

- Privados/Sociais

- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O Acordo de Empresa foi outorgado e está em vigor, mas falta um DL da iniciativa do Governo para que volte a poder ter lugar a equiparação destes trabalhadores médicos com os seus pares da Carreira Médica do SNS e dos demais sistemas regionais de saúde.

- SAMS

Teve lugar a denúncia do Acordo de Empresa, promovida pela administração dos SAMS. Foram iniciadas as negociações para uma nova convenção de trabalho em Novembro, mas as mesmas foram terminadas no início de Março.

- São igualmente nossas propostas:

- A criação de uma comissão técnica independente para avaliar os erros da resposta à pandemia e planear melhores respostas no futuro;

- A dotação dos serviços de Saúde Pública dos meios indispensáveis a uma resposta efectiva a ameaças futuras;

- A criação de uma estrutura central de crise (multiministerial) com meios e recursos, evitando redundâncias entrópicas (Conselho Nacional de Saúde, Conselho de Saúde Pública, Conselho de Autoridades de Saúde, Unidade de Emergências em Saúde Pública/DG).

Avenida 5 de Outubro, 151 – 9º
1050-053 Lisboa
Tel 217 826 730
Fax 217 826 739
secretaria@simedicos.pt
www.simedicos.pt